

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	30.06.2021	31.12.2020
<u>Circulante</u>	<u>3.290</u>	<u>2.769</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.978	2.601
Caixa e Bancos	70	93
Aplicação Financeira	2.908	2.508
Realizável a Curto Prazo	312	168
Rendas a Receber	90	61
Adiantamentos e Antec. Salariais	0	0
Imposto de Renda a Compensar	102	3
Devedores Diversos – País	65	54
Valores Específicos Crédito de Consórcio	55	50
Outros Valores e Bens	0	0
Depósito Judicial	0	0
<u>Não circulante</u>	<u>9</u>	<u>8</u>
Realizável a Longo Prazo	0	0
<u>Permanente</u>	<u>9</u>	<u>8</u>
Imobilizado Técnico	15	13
(-) Depreciações Acumuladas	(6)	(5)
TOTAL DO ATIVO	3.299	2.777

PASSIVO	30.06.2021	31.12.2020
<u>Circulante</u>	<u>512</u>	<u>318</u>
Fornecedores	36	22
Credores diversos - País	8	54
Despesas com Pessoal	5	5
Fiscais e previdenciárias	37	14
Contas a Pagar	25	23
Provisões Dedutíveis	30	14
Valores a Dev a Consorciados-Recursos	316	136
Rec. Pendentes Rec. Cobrança Judicial.	55	50
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>2.787</u>	<u>2.459</u>
Capital Social	1.500	1.500
Ações em Tesouraria	0	0
Lucros (Prejuízos) Acumulados	959	816
Lucros (Prejuízos) do período	328	143
TOTAL DO PASSIVO	3.299	2.777

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

NOMENCLATURA	1° Semestre 2021	1° Semestre 2020
RECEITAS OPERACIONAIS	790	382
Rendas de Taxas de Administração	782	347
Rendas de Outros Serviços	61	50
Rendas de Tít. Renda Variável	30	19
Impostos Incidentes sobre Rendas	(83)	(34)
DESPESAS OPERACIONAIS	(462)	(358)
Despesas Administrativas	(300)	(250)
Despesas com Pessoal	(147)	(95)
Outras Despesas Administrativas	(15)	(13)
Despesas Tributárias	(0)	(0)
Outras Despesas Operacionais	(0)	(0)
RESULTADO OPERACIONAL	328	24
Resultado não operacional	(0)	(0)
Resultado Antes do Imp. de Renda	328	24
Imp. Renda e Contrib. Social		(6)
Resultado Líquido do Semestre	328	18
Resultado Líquido por Cota	0,2187	0,0120

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	1º Semestre de 2021	
Resultado Líquido do Período		328
Parcela dos Sócios	328	
(=) Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação		-
(=) Outros Resultados Abrangentes		-
(=) Resultado Abrangente Total		328
(=) Parcela Total dos Sócios	328	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

Descrição	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	328	18
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Rendas a receber	(29)	34
Adiantamentos e Antecipações Salariais	0	0
Impostos a Recuperar	(99)	(8)
Devedores Diversos – País	(11)	1
Créditos Específicos/Outros valores e bens	(5)	(12)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	14	3
Credores diversos – País	(46)	(36)
Despesas com Pessoal	0	1
Fiscais e previdenciárias	23	(14)
Contas a pagar	2	4
Provisões Dedutíveis	16	3
Recursos a Devolver a Consorciados	180	(105)
Recursos Pendentes Recebimento - Cobr. Judicial	5	12
Caixa Gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	379	(98)
FLUXO DE CAIXA DS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Baixa de outros investimentos	0	0
Aquisição de imobilizado e adições ao diferido	(2)	(6)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2)	(6)
FLUXO DE CAIXA DAS ALTERAÇÕES CAPITAL	0	0
Caixa gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	0	0
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	377	(104)
DISPONIBILIDADES:		
Saldo inicial	2.601	2.613
Saldo Final	2.978	2.509
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DAS DISPONIBILIDADES	377	(104)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

1º Semestre de 2021	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos Iniciais	1.500	-	959	-	-	2.459	
Transações de Capital com os Sócios					-	-	
Outros Resultados Abrangentes					-	-	
Reclassificação de Resultados Abrangentes						-	
Lucro Líquido do Período				328		328	328
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	
Saldos Finais	1.500	-	959	328	-	2787	328

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	RUBRICA	30.06.2021	30.06.2020
CIRCULANTE	1.0.0.00.00-7	17.098	17.273
Disponibilidades	1.1.0.00.00-6	159	194
Depósitos Bancários	1.1.2.92.00-3	159	194
Aplicações Interfin. de Liquidez	1.2.0.00.00-5	5.735	5.797
Disponibilidades dos Grupos	1.2.9.90.12-2	561	829
Vinculadas a Contemplações-SELIC	1.2.9.90.25-9	0	0
Vinculadas a Contempl. – Demais Aplic	1.2.9.90.35-9	5.174	4.968
Recursos de Grupos em Formação	1.2.9.90.55-5	0	0
Outros Créditos	1.8.0.00.00-9	11.204	11.282
Bens Apreendidos ou retomados	1.8.7.88.00-8	0	0
Direitos Junto Consor. Contempl.	1.8.7.93.00-0	11.204	11.282
- Normais	1.8.7.93.05-5	10.869	11.041
- Em Atraso	1.8.7.93.15-8	182	124
- Em Cobrança Judicial – Gr. Andam.	1.8.7.93.20-6	153	117
- Cheques e Outros Valrs. A Receber	1.8.7.98.00-5	0	0
COMPENSAÇÃO	3.0.0.00.00-1	60.989	57.065
Previsão Mensal de Rec. a Receber	3.0.7.75.00-6	671	647
Contribuições devidas aos Grupos	3.0.7.78.00-3	32.088	30.075
Vr Bens ou Serv a Contemplar	3.0.7.82.00-6	28.229	26.343
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99-3	78.087	74.338

PASSIVO	RUBRICA	30.06.2021	30.06.2020
CIRCULANTE	4.0.0.00.00-8	17.098	17.273
Obrigações com consorciados	4.9.8.82.00-7	7.352	7.557
Valores a Repassar	4.9.8.86.00-3	755	786
Obrigações p/ Contempl. a Entregar	4.9.8.91.00-5	5.175	4.968
Recursos a Devolver a Consorciados	4.9.8.94.00-2	3.228	3.346
Recursos do Grupo	4.9.8.98.00-8	588	616
COMPENSAÇÃO	9.0.0.00.00-3	60.989	57.065
Rec. Mensais a Rec. de Consorciados	9.0.7.75.00-8	671	647
Obrig. dos Grupos por Contribuições	9.0.7.78.00-5	32.089	30.075
Bens ou Serviços a Contemplar	9.0.7.82.00-8	28.229	26.343
TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.99-5	78.087	74.338

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS.

(Em milhares de Reais)

NOMENCLATURA	1º SEMESTRE 2021	ACUMU- LADO	1º SEMESTRE 2020	ACUMU- LADO
Disponibilidades Iniciais	6.599		3.728	
Depósitos Bancários	241		116	
Cheques em Cobrança	0		0	
Aplicações Financeiras de Grupos	1.475		285	
Aplicações Financ. Vinc. à contempl.	4.883		3.327	
(+) Recursos Coletados	5.575	52.836	4.688	49.525
Contribuições Aquisição de Bens	5.083	47.835	4.436	44.594
Taxa de Administração	391	4.126	191	3.924
Contribuição ao Fundo Reserva	0	0	0	0
Rendimentos de Aplic. Financeiras	28	658	35	804
Multas e Juros Moratórios	27	217	26	203
Prêmios de Seguros	0	0	0	0
Custas Judiciais	0	0	0	0
Outros	46	0	0	0
(-) Recursos Utilizados	6.279	46.942	2.425	43.534
Aquisição de Bens	4.675	41.283	2.153	38.499
Taxa de Administração	440	4.126	191	3.924
Multas e Juros Moratórios	13	109	13	102
Prêmios de Seguros	0	0	0	0
Custas Judiciais	0	0	0	0
Devol. a Consorciados Desligados	719	961	36	696
Rend.Pagos Vinc.Contemplações	0	0	0	0
Outros	432	463	32	313
Disponibilidades Finais	5.894	5.894	5.991	5.991
Depósitos Bancários	159	159	194	194
Aplicações Financeiras – Grupos	561	561	829	829
Cheques em Cobrança	0	0	0	0
Aplic.Financ.Vinc.a Cont.	5.174	5.174	4.968	4.968

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de junho de 2021

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Administradora tem suas operações voltadas basicamente para a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores, com sede na Avenida Severino Tostes Meirelles nº 1660, na cidade de Franca/SP, tendo como controlador o Sr. Xisto Antônio de Oliveira Junior, diretor responsável pela área de atuação.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, aplicáveis às entidades financeiras, e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil, observando-se a Lei 11.795/2008, que rege as sociedades administradoras de consórcio, com Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras, Lei 4595/64, subsidiariamente a Lei 10406/02 – Código Civil Brasileiro e, por analogia dos conceitos contidos, a Lei das Sociedades por Ações (6404/76) e alterações conforme Lei 11638/2007, Lei 11941/2009 e Lei 13818/2019.

As demonstrações contábeis encerradas em 30.06.2021 e as de 31.12.2020, para comparabilidade, foram demonstradas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Francauto Administradora de Consorcios Ltda.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são apropriadas pelo regime de competência de exercícios, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do efetivo recebimento das prestações dos consorciados, de acordo com o disposto no item 1.2.6.1.2 do COSIF.

b) As aplicações em títulos e valores mobiliários estão registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos de rendimentos incorridos até a data do balanço.

c) As comissões sobre vendas são apropriadas à conta de resultado quando realizadas conforme Carta Circular 2.598 de 27/11/1995 do Banco Central do Brasil.

d) O Ativo permanente é demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, mais adições e baixas ocorridas até 30.06.2021. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas usuais permitidas pela legislação fiscal.

e) As provisões de férias e a do 13º salário são constituídas com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes e a do 13º. salário a razão de 1/12 avos mensalmente, sobre a remuneração dos empregados e seus encargos sociais.

f) O Capital Social de R\$ 1.500.000,00, em 30.06.2021 é representado por 1.500.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado.

g) **Limite de Alavancagem** – Conforme quadro a seguir a empresa está enquadrada no limite de alavancagem das administradoras de consórcio, estabelecido no artigo 1º. Da Circular BACEN n. 3.524, de 03/02/2011:

NOMENCLATURA	R\$ Mil
Saldo da conta 9.0000 (4350)	5.894
(-) Aplic. Financ. Vinculadas a Contemplações	(5.175)
Saldo da Conta 4.0000 (4010)	512
Contribuição Social (CSLL)	30
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	66
(-) Valores Pendentes de Cobrança Jurídica	(55)
Total	1.272
Divisor utilizado	6
Resultado da Divisão (=)	212
Patrimônio Líquido Exigido (1)	400
Patrimônio Líquido Contábil em 30.06.2021	2.787
Patrimônio Líquido Ajustado (2)	2.787
Superávit Patrimonial (3) = (2) – (1)	2.387

h) O Patrimônio Líquido é demonstrado pelo valor corrigido monetariamente até 31/12/1995, acrescido dos valores movimentados até 30.06.2021.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS – GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) As aplicações financeiras vinculadas são efetuadas no Banco Santander, e estão demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos, até a data do balanço, observado o regime de competência.

b) Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

c) As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos consolidadas são preparadas a partir das demonstrações individuais de cada grupo.

d) Os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.

e) Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio.

f) Os recursos utilizados representam desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio, para sua manutenção.

g) A taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio, que varia de acordo com a espécie do bem.

NOTA 5 – GRUPOS DE CONSÓRCIO – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESCRIÇÃO	30.06.2021	%*	31.12.2020	%*
Quantidade de Grupos Administrados	12		12	
Quantidade de Bens Entregues do Período	110		112	
Quantidade de Consorciados Ativos	1.858		1.862	
Quantidade de Cotas Subscr. Contempladas	1.224		1.254	
Quantidade de Cotas Subscr. Não Contempladas	634		608	
Quantidade de Cotas Ativa em Dia	1.525		1.635	
Quantidade de Consorciados Inativos Excluídos	1.545		1.622	
Quantidade de Consorciados Inativos Quitados	435		428	
Quantidade de Bens Pendentes	109		112	
Consoiciados Inadimplentes Contemplados	177	9,53	141	7,57
Consoiciados Inadimpl. Não Contemplados	156	8,40	86	4,62

(*) Percentual em relação ao número de consorciados ativos.

6 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A administradora possui processos judiciais em andamento que, conforme parecer do departamento jurídico podem ser consideradas de risco de perda provável, possível e/ou remota, conforme Pronunciamento Técnico CPC 25. Os processos de perda provável quando existentes são reconhecidos no balanço patrimonial em conta do passivo, até sua liquidação final. Com relação aos processos classificados como risco de perda possível, quando existentes, não são constituídas provisões nas Demonstrações Financeiras, que com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administradora acredita que tais processos possivelmente produzirão efeito material adverso em sua condição financeira.

Em 30/06/2021 não existiam e/ou não havia passivos contingentes registrados.

7 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A administradoras de consórcio deverá observar, além do disposto na Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, e na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, o Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 17 de julho de 2009. (Res CMN 4818 art 4º, Res BCB 2 art 5º).

XISTO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR
CPF 071.771.838-76
Diretor

SOLANGE DA SILVA RIBEIRO
CONTADORA
CRC-MG 031493-T6
CPF – 341.023.616-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da

FRANCAUTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

Franca - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Francauto Administradora de Consórcios Ltda, em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francauto Administradora de Consórcios Ltda., em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2021 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os semestres e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

- Cumprimento dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular BACEN nº 3.524, de 03 de fevereiro de 2011).

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Araçatuba, 26 de agosto de 2021.



LUIZ CARLOS SALES
Contador CRC-1SP048626/0-4
Auditor Independente
CVM – 706-4

FLÁVIO ANTONIO GARRIDO
Contador CRC-1SP094509/O
Auditor Assistente